

**TERMO DE AUTOCOMPOSIÇÃO PARA
MODERNIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO
DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE
JANEIRO/GALEÃO – ANTONIO CARLOS JOBIM**

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ”, “RIOgaleão” ou “Concessionária”), sociedade anônima de capital fechado, com domicílio no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, situada na Avenida Vinte de Janeiro, s/n, Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 21.942-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.726.111/0001-08, signatária do Contrato de Concessão de Aeroporto nº 001/ANAC/2014-SBGL, representada na forma de seus atos constitutivos por Alexandre José Guerra de Castro Monteiro, brasileiro, casado, engenheiro metalúrgico, inscrito no CPF/ME sob o nº 957.122.247-04, portador da carteira de identidade RG nº 03704570-5, IFP/RJ, Diretor Presidente, e Vivianne de Carvalho Magalhães Rodrigues, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/ME sob o nº 938.479.717-00, portadora da carteira de identidade nº 115.365, expedida pela OAB/RJ, Diretora Jurídica;

com as seguintes entidades da Administração Pública

União Federal (“União”), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ [...], por intermédio do **Ministério dos Portos e Aeroportos (“MPOR” ou “Ministério”)**, representada neste ato pelo Ministro dos Portos e Aeroportos, Silvo Costa Filho; e

Agência Nacional de Aviação Civil (“Anac” ou “Agência”), entidade integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao MPAC, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Substituto, Roberto Jose Silveira Honorato

que, em conjunto serão denominadas, neste Termo de Autocomposição (“**Termo**”) de “**Partes**”, nos limites de suas respectivas competências constitucionais, legais e regulamentares, e, ainda, com a interveniência do Tribunal de Contas da União (“**TCU**” ou “**Interveniente**”; quando, em conjunto com as Partes, “**Signatários**”), órgão de controle externo da União Federal, inscrito no CNPJ no 00.414.607/0001-18, com sede no Setor de Administração Federal Sul, SAFS — Quadra 4, Lote 1, Brasília — DF, CEP 70.042-900, representado neste ato pelo seu Presidente, o Exmo. Ministro Vital do Rêgo Filho.

CONSIDERANDO que:

- (i) Foi instaurado Processo nº TC 007.309/2024-4, em trâmite no TCU que por meio da Portaria-Segecex nº 23, de 14 de agosto de 2024, constituiu Comissão de Solução Consensual para elaboração de proposta de solução para as controvérsias existentes no Contrato de Concessão de 2 de fevereiro de 2014.
- (ii) Em 02/02/2014 foi celebrado entre a CARJ e a ANAC o Contrato de Concessão de Aeroporto nº 001/ANAC/2014-SBGL (“**Contrato**”, “**Concessão**” ou “**Contrato de Concessão**”), celebrado em razão de licitação regida pelo Edital de Leilão nº 01/2013, cujo objeto consiste na delegação da prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (“**Aeroporto**”, “**Aeroporto do Galeão**”, “**GIG**” ou “**Galeão**”).
- (iii) Com base na disciplina contida na Lei Federal nº 13.448, de 5 de junho de 2017 (“**Lei nº 13.448/2013**” ou “**Lei da Relicitação**”), regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.957, de 6 de agosto de 2019 (“**Decreto nº 9.957/2019**” ou “**Decreto da Relicitação**”), a Concessionária apresentou, em 10.02.2022, requerimento de instauração de processo de relicitação da Concessão (“**Requerimento**”).
- (iv) A ANAC declarou, em 26/05/2022, a viabilidade técnica e jurídica da relicitação da Concessão, tendo ocorrido a qualificação do empreendimento pelo Presidente da República, por meio do Decreto Federal nº 11.171, de 11 de agosto de 2022 (“**Decreto Qualificação**”).
- (v) Em 2/8/2023, o TCU decidiu, por meio do Acórdão 1.593/2023 – Plenário (“**Acórdão**”), que o poder concedente pode, por acordo com a concessionária, desistir da relicitação e renegociar as condições do contrato de concessão, desde que observados requisitos específicos, incluindo a demonstração do interesse público e a viabilidade econômico-financeira da manutenção do contrato, sendo essa uma faculdade do poder concedente, a ser exercida dentro dos limites legais e regulamentares.
- (vi) Conforme item 9.2.4.1.2 do referido Acórdão, em 09/10/2023, a Concessionária formalizou seu interesse em permanecer prestando o serviço público objeto do Contrato de Concessão mediante negociação.
- (vii) Diante da manifestação da CARJ, o MPOR apresentou ao TCU, em 04/03/2024, por meio do Ofício nº 90/2024/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, pedido de instauração de processo de solução consensual, com base na Instrução Normativa TCU nº 91/2022 (“**IN-TCU nº 91/2022**”).

Os Signatários convencionam celebrar este Termo de Autocomposição para definição das alterações e/ou das condições para a alteração e modernização do referido Contrato de Concessão, com fundamentos na Lei nº 8.987/1995, Portaria MPOR nº 443/2024, Decreto-Lei nº 4.657/1942, art. 26 da

LINDB, na Instrução Normativa TCU nº 91/2022 e outros normativos aeroportuários aplicáveis, observando as disposições a seguir.

1. OBJETO DA TRANSAÇÃO

1.1. O presente termo tem como objeto o estabelecimento das condições para viabilizar a alteração do contrato de concessão e os termos e condições para celebração de termo aditivo (“**Termo Aditivo de Repactuação**”) e para a repactuação do Contrato de Concessão de Aeroporto nº 001/ANAC/2014-SBGL, celebrado em 2 de fevereiro de 2014, cujo objeto consiste na delegação da prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, visando o melhor atendimento do interesse público.

2. PREMISSAS E PRINCÍPIOS GERAIS

2.1. As Partes, em consenso, reconhecem que a solução consensual proposta no presente Termo de Autocomposição foi pautada pelas seguintes premissas e princípios:

- (i) a solução consensual descrita neste Termo dá-se em caráter excepcional e se restringe ao caso concreto, marcado por suas circunstâncias particulares, não sendo replicável para outros casos de outras concessões aeroportuárias;
- (ii) preservação dos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade, legalidade e busca da realização do interesse público primário, consistente na adequação do serviço público de gestão do Aeroporto, e demonstração da vantajosidade na manutenção do Contrato de Concessão, com as adequações exigidas pelo interesse público, em relação à opção da relicitação;
- (iii) adicionalmente, a solução consensual baseou-se no princípio da mutabilidade dos contratos administrativos, em especial de contratos complexos, incompletos, relacionais e de longo prazo, para atendimento ao interesse público, conforme art. 26 da LINDB;
- (iv) os controladores atuais da CARJ agirão com boa-fé para manter o atual nível de serviço na operação do aeroporto e promovendo as ações de manutenção, investimentos e conservação do patrimônio necessárias para garantir a preservação do estado atual do bem, independentemente da sua permanência no ativo;
- (v) observância da viabilidade técnica e jurídica, além de exequibilidade e sustentabilidade financeira da Concessão, realização de investimentos no sítio aeroportuário e atualidade em face às características da demanda atual e futura do Aeroporto;
- (vi) modernização dos termos do Contrato de Concessão, compatíveis com o caso concreto, a fim de adaptá-los às boas práticas regulatórias incluídas na 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias (“7ª Rodada”);

- (vii) aderência da solução consensual aos termos do Acórdão nº 1.593/2023 – Plenário do TCU;
- (viii) preservação dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e transparência, o que será observado mediante a avaliação do contrato repactuado pelo mercado, por meio de processo competitivo público, destinado a possibilitar acesso a potenciais interessados em executar o Contrato de Concessão após o Aditivo, o qual, potencialmente, será adquirente da totalidade das ações da CARJ (“Processo Competitivo”);
- (ix) redução de incertezas jurídicas e situações contenciosas e busca por solução definitiva de todos os litígios e discussões entre as partes, no âmbito do Contrato de Concessão, com renúncia da Concessionária à propositura ou rediscussão de controvérsias anteriores à celebração do Termo Aditivo Transitório, a fim de cumprir o teor do art. 26 da LINDB e o item 9.2.4.9.1 do Acórdão 1.593/2023 – Plenário do TCU.

2.2. O Poder Público estabeleceu, como premissas adicionais, as seguintes:

- (i) a União, enquanto titular das ações da Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, decidiu por sua saída do quadro acionário da CARJ, até a celebração do Termo Aditivo de Repactuação, após o teste de mercado (Processo Competitivo), considerando a qualificação no PPI/ PND (Decreto nº 9.972/2019) e registrado no Ofício nº 915/2024/SAC-MPOR, de 28 de dezembro de 2024 do Ministério dos Portos e Aeroportos.
- (ii) adequação da TMA Rio ao disposto no § 1º do art. 48 da Lei nº 11.182/2005. Assim, fica estabelecido regime de transição para flexibilização da atual limitação operacional de volume de passageiros no Aeroporto Santos Dumont (SBRJ), definida pelo Despacho Decisório nº 9/2023/ASSAD-MPOR/GABMPOR, de 08 de novembro de 2023, tema que é tratado em representação no Tribunal de Contas da União (TC 033.542/2023-6). O regime de transição estabelecido tem a seguinte forma:
 - a) Em 2025, limite operacional em SBRJ passa a ser equivalente a 8 milhões de passageiros por ano;
 - b) Em 2026, limite operacional em SBRJ passa a ser equivalente a 9 milhões de passageiros por ano;
 - c) Em 2027, limite operacional em SBRJ passa a ser equivalente a 10 milhões de passageiros por ano;
 - d) A partir de 2028, SBRJ deve ser considerado sem limite operacional, prevalecendo sua capacidade operacional.

2.2.1. A capacidade operacional de SBRJ será definida nos termos da regulação vigente, devendo prevalecer caso seja inferior aos valores descritos nos cenários acima.

3. SOLUÇÃO PROPOSTA: REPACTUAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

3.1. Os Signatários, em comum acordo, decidem pela repactuação do Contrato de Concessão nº 001/ANAC/2014-SBGL, com continuidade do Contrato de Concessão, com modificações, cujas condições estão previstas nos seguintes anexos a este Termo e dele são parte integrante:

Anexo 1 – Termo Aditivo de Repactuação;

Anexo 2 – Modelo econômico-financeiro, no modelo de EVTEA;

Anexo 3 – Termo Aditivo Transitório; e

Anexo 4 – Diretrizes do Processo Competitivo.

3.2. O Termo Aditivo de Repactuação, cuja minuta será assinada entre CARJ e Anac se encontra no Anexo 1, altera o contrato atual e define os termos e condições do Contrato a partir do encerramento do Processo Competitivo até o fim da vigência contratual, em maio de 2039.

3.3. O Termo Aditivo Transitório ao Contrato, a ser celebrado entre a CARJ e Anac, estipula as condições do procedimento competitivo e os termos e condições que irão vigorar entre a assinatura deste Termo de Autocomposição pelos Signatários até a celebração do Termo Aditivo de Repactuação.

3.4. A solução aqui proposta, a repactuação do Contrato de Concessão, mostrou-se o meio mais adequado e próprio à realização do interesse público no caso concreto e a medida mais vantajosa para a Administração e para o usuário em contraponto às alternativas analisadas pela Comissão de Solução Consensual, de modo a promover a resolução de pleitos e pretensões entre as partes. A solução foi considerada mais vantajosa, em síntese, pelas seguintes razões:

- (i) adequação do Contrato de Concessão à nova realidade de mercado, com submissão a procedimento concorrencial da nova modelagem, assistido pelo Poder Público;
- (ii) manutenção da qualidade, do nível de serviço e da segurança em benefício do usuário do Aeroporto, assegurando a continuidade na prestação do serviço sem interrupções;
- (iii) estabelecimento de processo transparente com observação de consulta pública e participação social;
- (iv) estabelecimento, pela União, de regime de transição para flexibilização da atual limitação operacional de volume de passageiros no Aeroporto Santos Dumont, nos termos das cláusulas 2.2 e 2.2.1;
- (v) estabelecimento, pela União, da saída da Infraero do quadro acionário da CARJ;
- (vi) redução de incertezas jurídicas e situações contenciosas e solução definitiva de todos os litígios e discussões em andamento entre as partes, com renúncia da Concessionária à propositura ou rediscussão de controvérsias anteriores à celebração do termo aditivo de relicitação (“Disputas”);
- (vii) modernização do Contrato da Concessão, mediante a inclusão de novas práticas regulatórias;
- (viii) resolução de controvérsias envolvendo o contrato de forma célere e eficiente.

3.5. A solução desenvolvida consiste em repactuação do Contrato, com base na sua modernização, cujos termos são os seguintes:

- (i) alterações no modelo econômico considerando mudança da forma de contribuição de outorga fixa para variável, ajustando-o a uma nova realidade da demanda aeroportuária e ao modelo regulatório vigente;
- (ii) exclusão do gatilho para construção da 3ª Pista de Pouso e Decolagem (“3ª PDD”) em razão da sua desnecessidade dentro do prazo da Concessão e os impactos ambientais e sociais que tal obra causaria no entorno do sítio aeroportuário;
- (iii) definição de valor de indenização, oriundo de apuração de haveres e deveres e resolução de disputas, pleitos e litígios (“Indenização”);
- (iv) teste de mercado para validar o novo modelo, em forma de Procedimento Competitivo com a possibilidade de alienação da totalidade das ações da CARJ a novo acionista;
- (v) decisão de saída da Infraero do capital social da CARJ, até a celebração do Termo Aditivo de Repactuação;
- (vi) decisão do Poder Público de inclusão de mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro em caso de decisão política voltada à imposição de restrições na capacidade operacional no Aeroporto Santos Dumont;
- (vii) Otimização do contrato observando também a 7ª rodada de concessões de aeroportos com o objetivo de modernizar, otimizar os contratos com a inclusão do anexo de penalidades, revisão do capítulo referente a arbitragem, revisão das cláusulas referentes aos seguros e garantias, retirada do anexo 3 – Obras do Poder Público e atualização da matriz de riscos;
- (viii) estabelecimento de período transitório entre a celebração deste Termo até a conclusão do Processo Competitivo, com a possibilidade da alienação da totalidade das ações da CARJ, marcado pela celebração do Termo Aditivo de Repactuação;
- (ix) estabelecimento dos termos de uma relicitação negociada (“Relicitação Pactuada”), em caso de impossibilidade de conclusão do Processo Competitivo por razões alheias à vontade das Partes.

3.6. Modelo econômico-financeiro (“MEF”)

3.6.1. A repactuação impacta o Modelo Econômico -Financeiro – MEF nos seguintes elementos que são objeto de detalhamento do Termo Aditivo de Repactuação (Anexo 1) e estão refletidas no MEF (Anexo 2).

3.6.2. O novo MEF prevê substituição da forma de pagamento da outorga em favor do Poder Público, com uma parcela de contribuição inicial e contribuições variáveis anuais:

- (i) estabelecimento da Contribuição Inicial mínima, no valor R\$ 932.833.191, 54 (novecentos e trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e noventa e um reais e 54 centavos) (julho de 2025) que será o valor mínimo ofertado pelos proponentes no Processo Competitivo;

- (ii) criação da “Contribuição Variável” anual, consistente em remuneração equivalente a 20% (vinte por cento) sobre a receita bruta da Concessionária, a partir de 2026;
- (iii) No caso do inciso “i” da Cláusula 3.6.2, a Concessionária poderá compensar o valor da Contribuição Inicial e das Contribuições Variáveis pela demonstração do cumprimento de sua obrigação tributária de pagar PIS, COFINS, CSLL e IRPJ que incidem em decorrência da mudança da Contribuição Fixa para a Contribuição Variável.

3.6.3. O Modelo Econômico-Financeiro será apresentado em nível de detalhamento de EVTEA, considerando as modernizações regulatórias para o período compreendido entre 2025 e 2039, atualizando a demanda projetada para o período considerando o PIB de longo prazo de 1,5% a.a., IPCA de longo prazo para o modelo financeiro de 3,63% a.a. e taxa de desconto real de 9,08% a.a.;

3.6.4. Possibilidade de realização de investimentos de terceiros no sítio aeroportuário a partir da assinatura do Termo Aditivo de Transição, até a conclusão do procedimento de Venda Assistida, ou retomada da Relicitação Pactuada, conforme detalhado naquele Termo;

3.6.5. Conforme decisão do Poder Público, haverá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, caso haja implementação de limite operacional para SBRJ, definido por ato do governo federal, diferente dos limites dispostos nas premissas (Cláusula 2.2 ii). O reequilíbrio definido não engloba eventuais limitações operacionais decorrentes de ações ou regulamentos relacionados à segurança operacional emitidos pela ANAC ou pelo Comando da Aeronáutica. O Termo Aditivo de Repactuação disciplina o tratamento a ser dado ao impacto do Aeroporto Santos Dumont na demanda do Aeroporto do Galeão.

3.7. Indenização: apuração de haveres e deveres

3.7.1. Fica estabelecido o valor das ações para fins do Processo Competitivo em R\$ 0,00 (zero reais), contemplando acerto de haveres e deveres: discussão de reequilíbrios, contribuições devidas incluindo a reprogramação de outorgas, indenização de ativos não amortizados e disputas;

3.7.2. No que se refere à apuração de haveres e deveres e cálculo da indenização, as Partes pactuam que as regras ora fixadas serão aplicáveis à CARJ, independentemente da manutenção ou não do atual grupo controlador.

3.7.3. As Partes aceitam, para fins de solução consensual, os valores calculados de forma negocial, observada a metodologia descrita no relatório da SSC.

3.7.4. Do financiamento. Em caso de antecipação da liquidação do saldo dos financiamentos devidos pela Concessionária, em 30 de junho de 2025, o valor de R\$ 502.814.584,57 (quinhentos e dois milhões, oitocentos e quatorze mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), será objeto de reembolso pela Anac para os acionistas da Concessionária ou poderá ser usado para pagamento das contribuições ao sistema, conforme resultado do procedimento de venda assistida.

3.7.5. Das Renúncias. Como condição precedente para celebração do Termo Aditivo Transitório, as Partes renunciam, de forma definitiva e irretratável, a todas as disputas, propositura ou rediscussão de controvérsias e fatos anteriores à celebração do Termo Aditivo Transitório, caso sejam mantidas as condições fixadas no Termo de Autocomposição, em especial as seguintes:

- (i) Reequilíbrio econômico-financeiro COVID-19: 2023, saldo entre o que foi concedido pela ANAC e o solicitado pela CARJ em 2020, 2021 e 2022;
- (ii) Reequilíbrio econômico-financeiro referente às perdas de receitas no Terminal de Passageiros 01, tendo em vista as obras do Poder Público (Anexo 3 do Contrato de Concessão);
- (iii) Reequilíbrio econômico-financeiro relativo ao tratamento assimétrico dado aos aeroportos do TMA RJ;
- (iv) Reequilíbrio econômico-financeiro relativo à atualização da Tabela 11 do Anexo 4 do Contrato de Concessão;
- (v) Indenização devido ao não cumprimento pelo Poder Público do Anexo 3;
- (vi) Consideração da curva reperfilada de contribuições ao sistema – Termo Aditivo nº 01/2017;
- (vii) Processos SEI nº 50000.003246/2019-20 e 50000.024156/2020-14, ATAERO e TEI;
- (viii) Processos judiciais nº 1059865-19.2021.4.01.3400, 1059880-85.2021.4.01.3400, 1089488-31.2021.4.01.3400.

3.8. Venda Assistida

3.8.1. Para mitigar os riscos morais e sistêmicos identificados pela Comissão de Solução Consensual, os Signatários convencionam realizar o Processo Competitivo, como um instrumento de validação das condições acordadas no Termo Aditivo de Repactuação.

3.8.2. As Partes acordaram que o Processo Competitivo fixado pela CSC será realizado à semelhança de um leilão público, e estabelecidos requisitos de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal dos interessados; para a alienação de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CARJ (“Objeto”), com fase de esclarecimentos e possibilidade de impugnações e recurso e sessão pública realizada na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”).

3.8.3. Apesar da natureza essencialmente privada da venda de controle acionário da CARJ, na forma do art. 27 da Lei 8.987/1995, com base nesse modelo, o Processo Competitivo permitirá que eventual transferência da Concessão a terceiro adquirente das ações da CARJ ocorra de forma regulada.

3.8.4. As diretrizes acordadas pelas partes para este procedimento competitivo, estão detalhadas no Anexo 3 - Termo Aditivo Transitório e Anexo 4 - Processo Competitivo e em síntese, são as seguintes:

- (i) a CARJ realizará, sob a supervisão da Anac, procedimento competitivo em relação ao Objeto;
- (ii) o Objeto será ofertado em lote único, não sendo permitida a aquisição de ações em percentual inferior à sua totalidade;

- (iii) após a prolação do acórdão do TCU que aprovar este Termo de Autocomposição, a Anac disponibilizará à sociedade os dados gerais da Concessão, de modo a conferir transparência ao processo e permitir eventuais contribuições da sociedade organizada antes da publicação do Edital do Processo Competitivo (“**Edital**”);
- (iv) o Edital e o Termo Aditivo de Repactuação poderão sofrer ajustes baseados e fundamentados nas contribuições recebidas, desde que não contraponham às condições estabelecidas no processo de solução consensual e nos termos detalhados no Anexo 4;
- (v) com o intuito de garantir a efetividade e para permitir a realização de *due diligence* por interessados no Processo Competitivo, a Concessionária se compromete a contratar e disponibilizar sala de dados virtual (“**VDR**” ou “**Data Room**”) para acesso de interessados devidamente credenciados na forma do Edital e Anexo 4 (“**Credenciados**”);
- (vi) A gestão do VDR e controle de acesso será feita pelo poder público, de forma operacionalmente possível;
- (vii) a CARJ se compromete a disponibilizar informações históricas, usualmente exigidas no âmbito de uma venda de ações privada, resguardadas as informações sigilosas, seguindo as regras típicas de um processo de *M&A* (*Merges and Acquisitions* ou Fusões e Aquisições), nos limites estabelecidos pelo Edital e pelo Anexo 4;
- (viii) os interessados deverão entregar envelopes fechados contendo garantia de proposta e proposta de preço antes da realização da sessão pública de leilão na B3, na data prevista no Edital;
- (ix) a CARJ apresentará envelope com proposta econômica apenas se for ofertar um valor de Contribuição Inicial maior do que o valor mínimo previsto no Edital, hipótese na qual deixará de apresentar garantia da proposta, sujeitando-se, contudo, a imposição de multa, nos termos do Anexo 4;
- (x) as propostas econômicas escritas deverão considerar o pagamento de Contribuição Inicial;
- (xi) haverá etapa de viva-voz da qual participarão as proponentes classificadas, cuja oferta atenda, após determinação do resultado provisório, a pelo menos uma das seguintes condições: (a) esteja entre as três (03) maiores ofertas oferecidas; ou (b) o valor da oferta seja igual ou superior a 90% do valor da maior oferta oferecida.
- (xii) a atual Controladora da CARJ será considerada previamente habilitada a participar da sessão pública de leilão, na forma do Edital;
- (xiii) não havendo proponentes além da atual Controladora da CARJ, o Processo Competitivo será encerrado, sendo essa declarada a vencedora. Neste caso, a atual concessionária fica obrigada a assinar o Termo Aditivo de Repactuação – Anexo 1;
- (xiv) para os fins de acompanhamento e decisão do Processo Competitivo, será designada Comissão, composta por 3 (três) membros indicados pela ANAC, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização, com a assessoria técnica e operacional da B3.

3.8.5. Será exigido do vencedor do Processo Competitivo, além das autorizações governamentais aplicáveis, o cumprimento, ao menos, das seguintes condições precedentes:

- (i) apresentação de garantia de execução, nos termos do Termo Aditivo Repactuado;
- (ii) pagamento do valor da Contribuição Inicial, nos termos previstos no Edital e no Termo Aditivo Transitório.

3.8.6. Considerando ser o primeiro processo de repactuação no setor de aeroportos, a Comissão de Solução Consensual estabeleceu o cronograma de referência e os prazos estimados abaixo elencados.

3.8.6.1. As Partes convencionaram que a realização do leilão do Processo Competitivo (evento 5 do cronograma abaixo) deverá ocorrer até a data limite de 31/03/2026.

3.8.6.2. De todo modo, como é relevante para o interesse público que a conclusão do procedimento competitivo ocorra no menor tempo possível, as Partes realizarão seus melhores esforços para que tal evento e a celebração do Termo Aditivo de Repactuação ocorra antes desta data, na data estimada de até 31/12/2025.

3.8.6.3. Caso a data do leilão do Processo Competitivo não ocorra até a data limite de 31/03/2026, será deflagrado o processo de Relicitação Pactuada, na forma ora acordada, tratado na Cláusula 3.11.

3.8.6.4. O cronograma detalhado está no Anexo 4 - Procedimento Competitivo.

CRONOGRAMA DE REFERÊNCIA		
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	DATA ESTIMADA
1	Acórdão do TCU referente ao acordo de solução consensual	31/03/25
2	Consulta Pública	01/04/25 a 31/05/25
3	Abertura Data Room	01/04/25
4	Publicação do Edital	10/06/25
5	Realização do Leilão do Processo Competitivo	15/09/25
6	Assinatura do Termo Aditivo de Repactuação	Até 31/12/25

3.9. INFRAERO

3.9.1. a União, enquanto titular das ações da Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, definiu sua saída do quadro acionário da CARJ. A decisão de saída da Infraero da composição acionária da CARJ se funda nas seguintes premissas:

- (i) no modelo de estruturação das concessões aeroportuárias, houve a decisão da União de que a Infraero seria titular de 49% (quarenta e nove por cento) das ações representativas do capital das concessionárias aeroportuárias. O vencedor da licitação (seja licitante individual ou em consórcio) seria o acionista privado da concessionária e detentor dos demais 51% (cinquenta e um por cento) das ações;
- (ii) no caso da CARJ, o acionista privado é a Rio de Janeiro Aeroporto S.A. (“**RJA**”), titular de 51% (cinquenta e um por cento) das ações, tendo celebrado com a Infraero, em 13 de março de 2014, o Acordo de Acionistas da CARJ (“**acordo de Acionistas**”);
- (iii) a partir da 4ª Rodada a União tomou a decisão de não mais incluir a Infraero como acionista das concessionárias aeroportuárias;
- (iv) A União decidiu que a saída da Infraero do capital social da CARJ é mais conveniente para o interesse público, tendo em vista as decisões tomadas em relação à modificação do contrato de concessão e maior atratividade no âmbito do Processo Competitivo.

3.10. A fim de manter a consistência com as decisões tomadas a partir da 4ª Rodada, a União, neste ato formaliza e comunica à CARJ que tomou a decisão de que a Infraero não fará mais parte da estrutura acionária da Concessionária. Fica acordado que a saída da Infraero da estrutura societária da Carj se dará após o Processo Competitivo e antes da celebração do Termo Aditivo de Repactuação.

3.11. RELICITAÇÃO PACTUADA

3.11.1. Na hipótese de não ser possível concluir o Processo Competitivo por razões alheias à vontade das Partes, estas concordam em continuar o processo de relicitação em curso, nos seus termos e condições definidos no Termo Aditivo Transitório.

3.11.2. Aplica-se à Relicitação Pactuada as renúncias previstas na Cláusula 3.7.5 e a utilização do VDR, conforme definido na Cláusula 3.8.4 (v).

4. CONDIÇÕES DE VALIDADE E DE EFICÁCIA

4.1. Este Termo terá validade e eficácia após a assinatura de todas as Partes e da Interveniente.

4.2. O pedido de suspensão do prazo da relicitação, solicitado por meio do Ofício nº 436/2024/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, no âmbito do processo TC nº 014.498/2023-5, está sendo tratado naquele processo.

4.3. Em caso de impossibilidade de conclusão do Processo Competitivo por razões alheias às vontades das partes, passarão a vigorar as condições previstas no Termo Aditivo Transitório.

4.4. A Anac e a Concessionária deverão celebrar, em até 5 (cinco) dias após a eficácia deste Termo de Autocomposição, o Termo Aditivo Transitório (Anexo 3).

4.5. Em caso de descumprimento das obrigações por qualquer das Partes, será possível que a parte afetada requeira a extinção deste Termo.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Termo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as Partes e seus sucessores, a qualquer título, e somente poderá ser alterado por meio de aditivo por escrito, devidamente assinado por todas as Partes.

5.2. É prescindível a assinatura do Termo Aditivo Transitório e do Termo Aditivo de Repactuação pela Interveniente, que será informada das alterações em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura de eventual aditivo.

5.3. Cada uma das Partes será responsável, individual e independentemente, pelas respectivas obrigações assumidas neste Termo. Nada disposto neste Termo implicará ou poderá ser interpretado de forma a estabelecer qualquer responsabilidade solidária ou sucessão entre as Partes.

5.4. O inadimplemento por uma das Partes de qualquer de suas obrigações não resultará na rescisão dos termos e condições avençados neste Termo.

5.5. Este Termo envolve a Administração Pública e, em observância ao art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, deve atender ao princípio da publicidade.

5.6. As Partes concordam com a divulgação de versões públicas, que omitam informações econômico-financeiras, inclusive planos de negócios, que se encontram protegidos pelo segredo de empresa, devendo ter sua divulgação restrita.

5.7. As Partes concordam em manter a confidencialidade de todas as informações confidenciais constantes deste Termo e a não revelar tais informações a terceiros, exceto com o consentimento prévio por escrito de todas as demais Partes.

5.8. Os agentes envolvidos no processo negocial deste Termo, tanto na CSC, como na estrutura decisória de governança das Partes, não estarão sujeitos à responsabilização em processos de controle externo perante o TCU pelas decisões tomadas nos procedimentos negociais, salvo em casos de fraude ou dolo.

5.9. Os processos de controle externo em tramitação no TCU cujo objeto em apuração for tratado neste Termo e objetivamente consensuado entre as Partes serão arquivados por perda de objeto, nos termos do art. 168, III, do Regimento Interno do TCU, salvo em casos de fraude ou dolo.


5.10. As Partes priorizarão mecanismos de autocomposição para solução consensual de eventuais controvérsias de interpretação deste Termo.

5.11. Em caso de divergência na execução deste Termo, as Partes a solucionarão por meio de arbitragem, cujos termos são aqueles definidos na cláusula respectiva constante no Termo Aditivo Repactuado.

Este Termo será firmado em Brasília/DF.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes e a Interveniente assinam este Termo em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Brasília – DF, [data].

Documento assinado digitalmente
 RUI CHAGAS MESQUITA
Data: 24/09/2025 16:03:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIÃO FEDERAL – MINISTÉRIO DOS
PORTOS E AEROPORTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

CONCESSIONÁRIA AEROPORTO RIO DE
JANEIRO S.A.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Testemunha:

Nome:
CPF:

Testemunha:

Nome:
CPF:

Galeão - Termo de Autocomposição para assinatura 2 pdf

Código do documento 1eae5cce-fd38-4802-83bb-274c5b1bc039



Assinaturas



VIVIANNE DE CARVALHO MAGALHAES RODRIGUES:93847971700

Certificado Digital

viviannecmagalhaes@riogaleao.com

Assinou como parte



ALEXANDRE JOSE GUERRA DE CASTRO MONTEIRO:95712224704

Certificado Digital

alexandremonteiro@riogaleao.com

Assinou como parte

Eventos do documento

24 Sep 2025, 13:28:18

Documento 1eae5cce-fd38-4802-83bb-274c5b1bc039 **criado** por ANALIA TORRES MARTINS (c7ab1f76-41a1-4c35-8c76-4502bb877bf1). Email:analia@riogaleao.com. - DATE_ATOM: 2025-09-24T13:28:18-03:00

24 Sep 2025, 13:31:50

Assinaturas **iniciadas** por ANALIA TORRES MARTINS (c7ab1f76-41a1-4c35-8c76-4502bb877bf1). Email:analia@riogaleao.com. - DATE_ATOM: 2025-09-24T13:31:50-03:00

24 Sep 2025, 14:05:03

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - VIVIANNE DE CARVALHO MAGALHAES RODRIGUES:93847971700 **Assinou como parte** Email: viviannecmagalhaes@riogaleao.com. IP: 187.72.188.65 (187-072-188-065.static.ctbctelecom.com.br porta: 17676). Dados do Certificado: CN=VIVIANNE DE CARVALHO MAGALHAES RODRIGUES:93847971700, OU=Certificado PF A1, OU=Presencial, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5 G2, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-09-24T14:05:03-03:00

24 Sep 2025, 14:07:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ALEXANDRE JOSE GUERRA DE CASTRO MONTEIRO:95712224704 **Assinou como parte** Email: alexandremonteiro@riogaleao.com. IP: 187.72.188.65 (187-072-188-065.static.ctbctelecom.com.br porta: 17274). Dados do Certificado: CN=ALEXANDRE JOSE GUERRA DE CASTRO MONTEIRO:95712224704, OU=36441261000194, OU=Presencial, OU=AR FLY CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, OU=AC VALID RFB V5, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-09-24T14:07:37-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b555131e9e7387a83d556dbeb4a6fad453c45c284de52df4d28c121787f56eeb
(SHA512):2a95c5dac6904fda573c4053a1127d5e280b6c062ea5a50de1bfa1e2a993a7b16c8891c4bce89e4d6b9b1b7f7ac3294b77d93e168c37cb3df3619b92ba08bcf4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.